

**APERS? Presente, professor!**  
**Propostas Pedagógicas**  
**a partir de Fontes Arquivísticas**

**Os Anos de Chumbo**  
**da Ditadura e a Luta Armada**  
**no Rio Grande do Sul**



**Resistência à Ditadura Civil-Militar,**  
**das fontes arquivísticas para a sala de aula,**  
**50 anos depois.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Arquivo público do Rio Grande do Sul  
Divisão de Pesquisa e de Projetos  
Difusão Educativa Virtual  
Projeto APERS? Presente, professor!  
Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas**

## **Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul**

**Resistência à Ditadura Civil-Militar,  
das fontes arquivísticas para a sala de aula,  
50 anos depois.**

**Nôva Brando – Historiadora APERS  
nova-brando@sarh.rs.gov.br  
Clarice Hausen – Estagiária APERS/História  
clarice-hausein@sarh.rs.gov.br**

Porto Alegre, maio de 2014



## O APERS está presente professor!!! Apresentação do Projeto

Professora e professor, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na figura do projeto **APERS? Presente, professor!** pede licença para fazer parte do seu planejamento de aula e para entrar na sua classe. Queremos compartilhar conhecimentos com vocês, disponibilizar importantes informações guardadas nas estantes dessa Instituição e compartilhar, nas suas salas de aulas, um pouco da aventura que é a construção do conhecimento histórico a partir dos vestígios deixados pelos homens e mulheres do passado.

Fazemos parte de uma instituição centenária que tem como funções elaborar, coordenar e implementar a gestão documental no âmbito da Administração Pública Estadual; desenvolver ações, projetos e programas de incentivo à pesquisa a partir da criação de instrumentos de pesquisa e de meios de busca que facilitem o trabalho dos pesquisadores; bem como prover a difusão dos seus acervos por meio de eventos e ações culturais e educativas. Dentre as ações educativas, o APERS, em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolve um Programa de Educação Patrimonial que aproxima a educação básica e superior do mundo dos arquivos, das fontes arquivísticas e da discussão a respeito do patrimônio. De modo geral, todas as ações são desenvolvidas dentro da própria instituição, sejam elas as oficinas de educação patrimonial, sejam os diversos cursos destinados aos professores e aos estudantes de licenciaturas.

Com intenção de darmos continuidade e de estendermos essa aproximação, elaboramos o projeto **APERS? Presente, professor!**, que tem como objetivo levar um pouco do Arquivo Público até sua escola. Podemos entrar, e compartilhar da construção de novos conhecimentos, na sua escola e na sua sala de aula?

**O APERS? Presente, professor!** se compromete a trazer consigo, propostas de trabalho para a sala de aula a partir de fontes arquivísticas salvaguardadas nessa instituição e por outras fontes primárias que venham a ser compartilhados pela comunidade que se utiliza dos serviços do Arquivo.

Essas propostas pedagógicas serão disponibilizadas virtualmente no Blog do Arquivo, sempre em formato PDF, para que você, professora e professor, possa imprimir e incorporá-la ao planejamento de suas aulas, conforme seu objetivo e segundo os interesses específicos dos contextos nos quais se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de suas turmas.

Professor, nossa mochila está cheia de ideias e estamos ansiosos por esse momento de compartilhamento e de construção de conhecimentos!

**Equipe do Projeto APERS? Presente, professor!**

## O APERS, a Educação Básica e a Construção de Conhecimento

### Introdução ao Projeto

A relação entre o Arquivo Público e a educação básica surgiu em 2002 dentro do Projeto “Por dentro do Arquivo”, quando foi construída a primeira oficina para estudantes do Ensino Fundamental. Passados alguns anos, no final de 2008, o APERS e a UFRGS firmaram uma parceria para promoção de ações na área de Educação Patrimonial que atendesse tanto às escolas quanto aos graduandos do Curso de História. Em abril de 2009 foi lançada a oficina *Os Tesouros da Família Arquivo*, voltada aos estudantes do sexto e do sétimo anos do Ensino Fundamental, cujo tema escravidão e luta por liberdade no Brasil tem sido abordado a partir de documentos do acervo que registram a vida de sujeitos que foram escravizados. E logo na sequência, em 2010, foi construída a oficina *Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia*, para atender aos alunos do oitavo e nono anos do Ensino Fundamental. Nessa oficina a proposta tem sido discutir o ofício do historiador e a produção do conhecimento histórico a partir de diferentes tipos de documentos do acervo.

As ações voltadas para a educação básica, dentro do Programa de Educação Patrimonial, não pararam por aí. Em 2011 e 2012 foi elaborado e oferecido para professores o curso *Educação Patrimonial e Cidadania*. Na edição do ano de 2013 foi incorporado a sua temática as discussões relativas à Ditadura e aos Direitos Humanos. Também nesse ano, foi construída mais uma oficina de Educação Patrimonial, *Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos*, oferecida para os alunos do Ensino Médio a partir de processos de indenização de ex-presos políticos salvaguardados pelo Arquivo.

Além da Educação Patrimonial, o Arquivo também tem elaborado conteúdos educativos, via ação educativa virtual, que são compartilhados em nossas mídias. Em 2012 foi postado no Blog Institucional um conjunto de publicações chamado de *Aplicando a Lei 10.639*, que mensalmente discutiu possibilidades de trabalhos sobre história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Em 2014 a proposta ampliou-se e passou a ser denominada *Arquivos e Diversidade Étnica*, seus temas versarão sobre diversidade étnica no Brasil na perspectiva das múltiplas possibilidades de utilização de documentos de arquivos nos processos de ensino aprendizagem.

Foi essa trajetória, evidenciada por uma série de ações já desenvolvidas e em desenvolvimento no campo da Difusão Cultural e o interesse de estreitar cada vez mais os laços entre os trabalhos desenvolvidos pelo Arquivo e a educação básica, que possibilitou a construção do Projeto “APERS? Presente, professor! – Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas”.

O objetivo do projeto é elaborar e disponibilizar virtualmente, propostas pedagógicas organizadas em três grandes eixos temáticos: (1) Ditadura Civil-militar no Brasil; (2) Escravidão no Brasil; e (3) Temas transversais. O conjunto de publicações do primeiro eixo denomina-se **A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois.**

O segundo conjunto de publicações, do eixo dois, chama-se **Cativeiro e Resistência – A escravidão negra no Rio Grande do Sul a partir de fontes arquivísticas**. E o conjunto de publicações do terceiro eixo recebe o nome de **A Transversalidade nas Fontes – diversificadas fontes arquivísticas para diferentes trabalhos pedagógicos**.

Para a construção das propostas serão utilizados documentos de diversos acervos custodiados pelo Arquivo. Mais adiante, serão encontradas informações genéricas sobre cada acervo utilizado e informações específicas sobre o documento selecionado para o trabalho pedagógico.

As fontes primárias, para além da Educação Patrimonial, tem se transformado em material frequente nos planos de aula. Segundo Pereira e Seffner (2008), pesquisadores da área de ensino de história, elementos que compõem e que são responsáveis por aquilo que se denominou por “Revolução Documental” na História, também passaram a frequentar as salas de aula da educação básica. Invasa por novas questões, novos problemas, também as aulas de história passaram a pensar a matéria-prima do historiador, os vestígios do passado, conforme salienta Nilton e Fernando (2008, p. 114) quando tratam da

incorporação, por parte da sala de aula, de um dos fenômenos mais importantes da historiografia contemporânea, a chamada “revolução documental”. [...] Assim, nossa preocupação é discutir como a história ensinada pode inserir-se no movimento da “crítica ao documento”; é pensar e propor alternativas pedagógicas que incluam a possibilidade de usar, no cotidiano da sala de aula de história do ensino fundamental e médio, as mesmas fontes com as quais os pesquisadores criam relatos sobre o passado.

E é nessa perspectiva que propomos inserir o desenvolvimento desse projeto. Pretendemos construir propostas pedagógicas que contribuam para o planejamento de um professor que objetive, para sua aula de História, ensinar a ler o passado por meio das representações produzidas pelas gerações passadas (Pereira e Seffner, 2008). Aproveitando o potencial de diálogo com a comunidade acadêmica e escolar construído por essa instituição, o projeto **APERS? Presente, Professor!** se propõe a entrar na disputa por um passado sempre reconstruído em meio a relações de poder, como nos lembram Nilton e Seffner (2008, p. 116)

o que os historiadores têm a sua disposição não é o passado, mas apenas uma seleção efetuada no interior de jogos de forças, sempre atualizados pelas gerações que nos precederam e, ainda, pelas circunstâncias do presente. Ou seja, o que sobrevive do passado, como diz Le Goff, é “escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

O Projeto tem como objetivo auxiliar o professor na busca por outros materiais que não estejam contemplados nos livros didáticos, muitas vezes o único material na escola disponível para o desenvolvimento do seu trabalho. Conforme defende Seffner (2013, p.40) a

Diversidade de fontes e de atividades são critérios importantes, o uso de várias fontes – históricas, geográficas, literárias, imagens, etc. - valoriza o trabalho. O aluno precisa perceber que o professor organiza o trabalho a partir de várias fontes: consulta um atlas, lê uma carta, mostra uma gravura, lê um trecho de livro didático, passa um vídeo, sugere um sítio na internet, faz com que os alunos escutem uma música, leva a turma em uma visita a determinado local, traz jornais, manda que vejam um programa de TV, etc.

Coube ao Arquivo sugerir fontes arquivísticas. Isso não descarta a possibilidade de que o professor encontre outras fontes primárias dentro das propostas. Cada uma delas conta indicações metodológicas para professor, texto didático-pedagógico para o aluno, fonte arquivística digitalizada, propostas de atividades a partir do texto e da fonte. Tentamos privilegiar a possibilidade de que o aluno realize um registro autoral como forma de conclusão de cada atividade. Segundo Fernando (2013), seria importante que o professor exigisse, nesse momento, que os alunos estabelecessem uma conexão entre as fontes, os textos e as discussões realizadas na aula, que sempre fosse desafiado a ir além de uma opinião pessoal sobre o assunto.

Ressaltamos, no entanto, que entendemos nosso trabalho exatamente como uma proposta, cabendo ao professor o uso de sua total autonomia para avaliá-la, modificá-la e trabalhá-la em aula conforme seus princípios político-pedagógicos e seus métodos didáticos.

E que no final, queremos participar, nas salas de aula, a partir de uma seleção de documentos, da construção de uma memória e de uma história que valorize a vida das pessoas comuns – sujeitos históricos que resistiram à múltiplas adversidade de seus contextos – da luta por liberdade e igualdade em última instância. Que queremos ajudar na formação de um aluno que “tenha capacidade de pensar historicamente, bem como de fazer um raciocínio histórico sobre as situações da atualidade” (Seffner, 2013, p.32) e que seja capaz de construir conhecimentos emancipatórios.

## **A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois.** **Apresentação do Eixo Temático**

As propostas inseridas dentro do primeiro eixo temático, que discute a Ditadura Civil-militar, estão organizadas em um conjunto de publicações denominadas de **A Resistência à Ditadura Civil-militar – das fontes arquivísticas para a sala de aula, 50 anos depois.**

Para a construí-las, a equipe do projeto utilizou como fonte o Acervo da Comissão Especial de Indenização composto por processos de indenização de presos políticos do período da Ditadura.

Cada uma dessas publicações foi elaborada a partir de olhares mais específicos dentro do contexto geral da resistência à Ditadura. A primeira delas recebeu o nome de **Os anos de chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul** que propõe uma problematização acerca das ações armada e da repressão estatal levada a cabo no Rio Grande do Sul. Na segunda publicação, **A Ditadura vista do lado de lá da fronteira: o mundo do exílio**, as discussões ficam centradas nas histórias de sujeitos que foram obrigados a sair do país, seja pelo processo de banimento efetuado oficialmente pelo estado ou seja pela fuga como última garantia de sobrevivência, por conta do cerceamento das liberdades individuais e coletivas. Na terceira, **Conexões Repressivas e Redes de Solidariedade: repressão e resistência nas ditaduras do Cone Sul**, a proposta ocorre por meio de reflexões acerca dos diálogos travados em uma América do Sul sitiada e ocupado por civis e militares que se propuseram a levar adiante ditaduras de segurança nacional.

Nossa quarta proposta, **Esquemas Repressivos e Tortura**, preocupamo-nos em apresentar e propor um trabalho acerca dos diversos locais de prisão onde presos políticos foram torturados nesse período no estado do Rio Grande do Sul. Na quinta publicação desse eixo, **O Fim da Ditadura: anistia e abertura política**, levantamos algumas questões sobre os períodos finais da Ditadura e as características da transição para a Democracia. Na sexta, **Permanências e Rupturas: a Redemocratização**, trabalhamos com a proposta de evidenciar novos atores, novos movimentos sociais, novas bandeira surgidas a partir das lutas travadas durante a Ditadura. Nas duas últimas publicações do primeiro eixo temático **Democracia e Justiça de Transição: permanências e rupturas** e **A luta por memória, verdade e Justiça – a resistência continua**, propomos um debate sobre a permanente construção da democracia no Brasil e sobre a necessária construção de uma cultura dos Direitos Humanos.

Já adiantamos que a lacuna nas propostas sobre o período que antecedeu e que sucedeu imediatamente o Golpe de 1964 não ocorreu por esquecimento ou por análise valorativa das temáticas. Consideramos o período da Legalidade, as lutas em torno das Reformas de Base, o Golpe, a organização do PTB e do Grupo dos Onze e a repressão sobre eles logo no início da implantação da Ditadura de extrema importância para a história do nosso estado, do país e para a história daquelas pessoas e grupos que foram atingidos imediatamente pelo poder opressor dos militares. No entanto, o calendário de propostas do **Projeto APERS? Presente, professor!** foi adequado ao calendário de produções do **Blog Temático Resistência**

**em Arquivo** cujos conteúdos, de forma cronológica, começaram a ser produzidos em março do ano de 2013. Para acompanhar o calendário e contribuir com os conteúdos compartilhados por mais essa mídia do Arquivo Público do RS, que se propõe a discutir especificamente a temática da Ditadura e do Ensino da Ditadura, optamos por nessa primeira edição do projeto excluir das propostas assuntos específicos de períodos anteriores a promulgação do Ato Institucional N° 5 em 1968. De qualquer forma, ainda aparecerão referências aos períodos anteriores nessas propostas e, com certeza, esse primeiro período será privilegiado em uma próxima edição do projeto.

Esperamos que a temática do eixo e seus assuntos específicos promovam importantes discussões e que auxiliem no desenvolvimento de importantes competências e habilidades junto aos alunos; que a partir das fontes arquivísticas, de outras fontes incorporadas nas propostas, das atividades e leituras sugeridas, ocorram aprendizagens significativas.

## As fontes e as propostas pedagógicas

A temática das Ditaduras de Segurança Nacional, especialmente a Ditadura Civil-militar brasileira, transformou-se em um dos campos historiográficos que mais avanços apresentaram no que diz respeito ao desenvolvimento e produção de pesquisa na última década. Por outro ângulo, também passou a ocupar os espaços de debate público. Imprensa, Estado, organizações de Direitos Humanos passaram a se debruçar sobre pautas que envolvem o período da ditadura, desde a abertura dos arquivos até a efetivação de uma justiça que julgue e condene os crimes cometidos na lógica do terrorismo de estado.

Com a entrada em vigor da *Lei de Acesso à Informação* e dos trabalhos desenvolvidos pela *Comissão Nacional da Verdade*, as discussões acerca da identificação, da preservação, e do acesso à documentação de valor histórico cujos conteúdos remetem a violações dos Direitos Humanos, colocaram os trabalhos dos arquivos públicos na agenda do Estado e da sociedade civil. Ao APERS, como a outras instituições, coube a reflexão acerca do debate e posicionamento quanto ao trabalho para viabilização dos acervos custodiados pela instituição que dizem respeito ao tema.

No caso do APERS, referimo-nos ao Acervo que será utilizado para a construção das propostas pedagógicas da Ação I. Recebeu o nome de Acervo da Comissão Especial de Indenização e resultou do trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Indenização criada pela Lei 11.042 de 1997. Essa lei reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande Sul pelos danos físicos e psicológicos causados às pessoas presas por motivos políticos em instituições e órgãos públicos estaduais, ou com a ajuda de seus agentes, entre os anos de 1961 e 1979, e normatizou a concessão de indenizações aos ex-presos ou a seus familiares. Para a operacionalização das solicitações e para a concessão das indenizações propostas pela legislação foi instaurada essa comissão. Do seu trabalho, resultaram 1704 processos administrativos de indenização e 231 processos de antecedentes políticos, documentos que hoje compõem o Acervo da Comissão especial de Indenização, de origem da Secretaria de Segurança Pública, recolhido e salvaguardado no APERS desde 2009.

Tais processos são formados por variados documentos, caracterizados por aquilo que poderíamos denominar de dossiês, construído pelo próprio requerente. O pedido de indenização era oficializado através de preenchimento de formulário padronizado, no qual o requerente expunha informações acerca da sua prisão. Nesse formulário eram solicitados dados a respeito do período e local de prisão, vinculação política, confirmação ou não de maus-tratos sofridos pela vítima. Era de responsabilidade do requerente anexar toda e qualquer documentação que julgasse conveniente e a qual pudesse ser utilizada como dado comprobatório da sua prisão por motivos políticos. Além da documentação padrão solicitada pela Comissão, poderão compor o processo, certidões expedidas por órgãos públicos, cópias de inquéritos policiais e militares, documentos produzidos pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), jornais, revistas, fotografias, correspondências, cópias de livros memorialísticos, laudos médicos, pareceres psiquiátricos, declarações de testemunhas e um memorial escrito pelo requerente.

Por sua composição, ainda que esses dossiês pessoais não sejam produções da repressão ou da resistência no momento da Ditadura, julgamos neles estarem contidos documentos e materiais produzidos por ambos.

Partindo dos princípios da crítica às fontes, podemos perceber neles, uma espécie de dossiês no qual diversas versões estão disponíveis para o pesquisador e para o professor que pretendam construir importantes conhecimentos acerca desse período em nosso estado e no país. Para as salas de aula, especificamente, tratam-se de documentos riquíssimos para trabalhar com a temática da construção do conhecimento, visto que dentro do processo encontramos diferentes versões e vozes descrevendo uma mesma situação – ótima oportunidade para a discussão acerca de temas como “verdade histórica”, por exemplo.

Nas propostas serão encontrados recortes dos processos, uma escolha pedagógica da equipe. Selecionamos as partes do processo que acreditamos que darão conta das atividades. Entretanto, o professor encontrará uma cópia em PDF do processo completo, anexa a publicação da proposta, caso queira trabalhar com outras partes do documento.

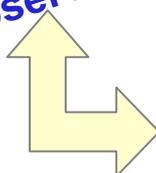
Para essa publicação escolhemos o processo de João Batista Rita, militante do M3G, grupo de luta armada que atuou no Rio Grande do Sul. João Batista participou de ações de expropriação bancária na região da grande Porto Alegre. Esteve preso no DOPS e na Ilha do Presídio, segundo relatos de companheiros que estiveram com ele nesses locais de prisão. Foi torturado e banido do país quando do sequestro do embaixador suíço em 1971. Exilou-se no Chile até o Golpe Militar que derrubou o governo de Allende em 1973, quando teve de ir para a Argentina. Nesse país foi sequestrado e trazido ao Brasil, onde foi novamente torturado e visto pela última vez em péssimo estado físico no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Desde 1995, seu nome consta na lista oficial dos desaparecidos políticos com morte presumida durante o período da Ditadura. Foi indenizado pelo Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1998, que assumiu responsabilidades pelos danos físicos e psicológicos sofridos por ele em decorrência das prisões por órgãos ou agentes a serviço do estado.

Para tentar escrever a história desse personagem a partir dessa fonte, o professor encontrará na sequência algumas sugestões metodológicas para o desenvolvimento da proposta, que pode ser adaptada e reformulada conforme seus interesses político-pedagógicos. E para o aluno, encontrará: (2) um texto didático de contextualização do período e da Luta Armada no Brasil e uma breve introdução à história do M3G; (2) recortes do processo de Rita digitalizado e acompanhado de breves questionamentos propostos para facilitar a compreensão do aluno; (3) Indicação de dois vídeos sobre o tema, que assistidos, auxiliaram na compreensão da proposta; (4) uma sessão de Saiba Mais, na qual serão indicados outros materiais; (5) um quebra-cabeça; e (6) uma proposta de análise de reportagens jornalísticas sobre os protestos ocorridos no Brasil nos últimos meses.

## Sugestão Metodológicas

Assunto	Luta Armada no RS como forma de resistência à Ditadura Civil-militar
Série/Ano	1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio
Carga horária	Cinco/Seis períodos
Objetivos	Compreender estratégias de resistência e de repressão durante o período da Ditadura;
Conceitos	Resistência; luta armada; expropriação; repressão; tortura; banimento; exílio; terrorismo de estado; justiça de transição.
Materiais Pedagógicos	Texto Pedagógico; Seleção de Partes do Processo de Indenização; Filme-documentário Marighella; Vídeo Depoimento de Paulo Malhões; Quebra-cabeça; Reportagens de Jornais (que deverão ser trazidos pelos alunos).
Proposta Metodológica	1º) Leitura e discussão do texto; 2º) Discussão sobre as possibilidades de conhecer a história de um militante e de um período histórico a partir de um processo; 3º) Explorar as partes do processo selecionadas; 4º) pesquisa sobre o personagem na internet; 5º) Filme documentário Marighella; 6º) Recorte do Depoimento de Paulo Malhões (a partir dos 21min); 7º) Atividade Quebra-Cabeça; 8º) Elaboração de um texto a partir de reportagens atuais de jornal.
Habilidades Desenvolvidas	Leitura e escrita; aprendizagens conceituais.
Avaliação	Discussões e envolvimento a partir da leitura do texto, da análise das fontes, da montagem do quebra-cabeça e do texto escrito a partir de reportagens jornalísticas.
Recursos Materiais	Cópias do texto Pedagógico; jogo de quebra cabeça; acesso à internet.

### Observação



(1) Sugerimos que o professor imprima o arquivo com o quebra-cabeça em formato A3, recorte suas peças e cole em algum material mais resistente. Se a intenção for reutilizar o material em mais de uma turma, sugerimos que as peças sejam revestidas com papel contact.

(2) Outra possibilidade é de construção de uma mural para ficar exposto na sala de aula. Nesse caso, bastaria imprimir a folha em um material resistente e recortar, solicitando que ao montarem, os alunos coleem em outra superfície.

## Materiais Didático -Pedagógicos

- Texto Os anos de chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul;**
- Fonte arquivística digitalizada e comentada;**
- Proposta de Atividade**
- Saiba Mais**

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul



Na década de 60, projetos antagônicos que desenhavam destinos políticos diferentes para o Estado brasileiro entraram em um grande tencionamento, já vivido pela conjuntura internacional marcada pela divisão do mundo em dois blocos - o comunista e o capitalista. Não que por aqui houvesse divisão tal qual essa desenhada no final da Segunda Guerra para o contexto geral das relações internacionais.

De qualquer formam, podemos dizer que haviam dois projetos marcadamente em disputa no início dos anos 60. Um deles defendido por uma parcela consideravelmente privilegiada da sociedade, como grandes empresários, setores do exército, Igreja Católica, grande imprensa, latifundiários liderados pela UDN.



O outro que agregava setores populares, movimento estudantil e sindical, trabalhadores do campo e sem-terra, nacionalistas e subalternos das forças armadas ora encabeçado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ora pelo Partido Comunista Brasileiro e, em alguns momentos, por ambos.

Nesse contexto de acirramento, esse bloco que defendia reformas sociais foi visto como uma ameaça à democracia e com uma tendência de alinhamento ao bloco comunista. Para combatê-lo, o outro bloco se utilizou da Doutrina de Segurança Nacional, que defendia a ideia de fronteiras ideológicas e de inimigos internos que deveriam ser identificados e derrotados.

Lembremos que já no ano de 1961, foi necessária uma ampla mobilização popular para garantir a posse do presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. No governo Jango, setores que apoiaram a Legalidade, mobilizaram-se em torno das Reformas de Base. O projeto para sua viabilização foi enviado ao Congresso Nacional no início de 1964 e sua aprovação foi pressionada nos Comícios pelas reformas.

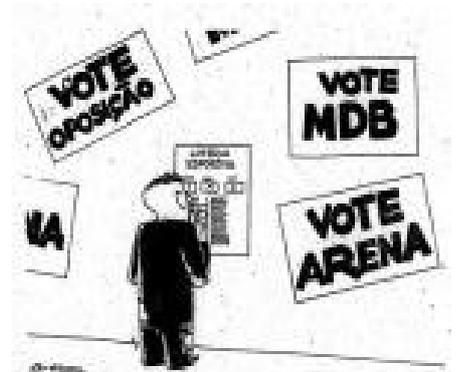


Foi logo na sequência da realização desses comícios, que os militares, com apoio de setores civis, deflagaram o Golpe e implementaram uma Ditadura no Brasil que durou 21 anos (1964-1985). A partir de então, qualquer grupo ou indivíduo identificado com o governo de Jango e com o PTB, com as reformas sociais, com a legalidade de Leonel Brizola ou com quaisquer outros projetos políticos identificados pela

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

Doutrina de Segurança Nacional como alinhados à União Soviética passaram a ser combatidos como política de Estado.

Já no primeiro período após o Golpe, com o Ato Institucional Nº2, que instituiu o bipartidarismo, centenas de mandatos de representantes parlamentares eleitos pelo voto do povo foram cassados, assim como diversos partidos foram colocados na ilegalidade. Nesse contexto, tivemos no MDB, único espaço de luta institucional, a representação de pautas de lutas contrárias à Ditadura, embora de forma bastante controlada por uma falsa legalidade do regime.



No entanto, enquanto setores e militantes de outros partidos colocados na ilegalidade se agregavam ao Movimento Democrático Brasileiro, muitos optaram pela militância clandestina - nesse caso, encontramos o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como um bom exemplo.



Em 1968, as possibilidades, ainda que controlada, de enfrentamento ao poder por meio da ocupação do espaço parlamentar foi encerrada após a instauração do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que atribuiu ao regime poderes absolutos, recesso do Congresso Nacional, subordinação do Poder Judiciário, intervenção em estados e municípios, suspensão de direitos políticos e de habeas corpus nos casos

de crimes políticos, cassação de mandatos, proibição de manifestações políticas, cerceamento das práticas sindicais, recrudescimento da censura.

Daí por diante, qualquer luta, manifestação ou pauta de enfrentamento à Ditadura foram proibidas e rigorosamente combatidas tanto pelo aparato "legal" construído pelos militares, quanto pelas ações institucionais "ilegais" praticadas nos porões dos órgãos de repressão.

Nesse cenário, a alternativa política e de sobrevivência possíveis aos militantes de esquerda que pretendiam permanecer organizados foi a clandestinidade. Com o objetivo de combater a ditadura, de denunciar todos os tipos de violência cometidas e, para muitas delas, de dar início a construção de uma organização social diferente da capitalista, que as organizações clandestinas passaram a atuar.



No Brasil desse período, trataram-se tanto de organizações que pretenderam organizar a resistência em torno de pautas democráticas e de ações não-violentas, quanto de organizações que fizeram a opção pela luta armada. Ambos foram violentamente reprimidos, presos, torturados, banidos, exilados. Muitos foram assassinados e desaparecidos, sobretudo aqueles que formaram as fileiras da luta armada.

## Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

Nas fileiras da Luta Armada, algumas organizações nacionais atuaram no Rio Grande do Sul, e outras se formaram aqui mesmo. Uma delas recebeu o nome de M3G, em homenagem a Marx, Mao, Marighella e Guevara.

O M3G teria surgido no final da década de 60 a partir da iniciativa de Edmur Péricles Camargo, um militante ligado ao Marighella, que era um dos maiores expoentes da luta armada no Brasil e um dos homens mais procurados pela Ditadura no período.

O grupo, formado por Edmur, Jorge Fischer Nunes, Djalma e por Catarina, nome pelo qual era conhecido João Batista Rita, organizava e participava de expropriações bancárias e sequestros de diplomatas.

Desde sua formação, começaram então os assaltos a Bancos: primeiro à Caixa Federal da José do Patrocínio, depois a um banco em Cachoeirinha e outro no bairro Cristal em Porto Alegre.



E após esses acontecimentos, as buscas se tornaram intensas, o DOPS recebeu elementos do DOI-CODI para dirigir suas operações (buscas, prisões, interrogatórios, torturas). Um a um, os militantes foram sendo identificados, presos e torturados. Vamos conhecer mais a fundo a história de um deles? Ou melhor, vamos tentar reconstituir a história de um dos integrantes desse grupo de luta armada do RS, o M3G?

As expropriação bancárias era praticadas como forma de levantar fundos para a luta armada (comprar armamento, alugar imóveis que pudessem servir de ponto de encontro dos militantes, sustentar os militantes que estavam na clandestinidade). Já os sequestros eram realizados para que diplomatas fossem trocados por militantes políticos que estavam presos e que estavam sofrendo todo o tipo de tortura.

Na quarta expropriação, a ação guerrilheira começou a ser identificada. Durante um assalto ao Banco do Brasil em Viamão, as armas utilizadas foram parar nas mãos da polícia, que em seguida ligaria sua propriedade ao grupo. Muito próxima dessa ação, aconteceu a tentativa fracassada de sequestro do cônsul norte americano em Porto Alegre, Curtis Cutter (no centro da foto ao lado, em entrevista após escapar dessa tentativa).

Anteriormente, já havia acontecido dois bem-sucedidos sequestros de diplomatas - o do embaixador americano Charles Burcke Elbrick, no Rio de Janeiro, em setembro de 1969; e o do cônsul japonês em São Paulo, Nabuo Okuchi, em março de 1970. Muitos presos políticos foram libertados em troca dos diplomatas

Se quiser ler um pouco mais sobre Luta Armada, você pode acessar o Blog Resistência em Arquivo, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

<http://resistenciaemarquivo.wordpress.com/>

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

A partir de agora, vamos entrar em contato com algumas partes do processo de um dos personagens da luta Armada. Sua família, acessou uma lei estadual, solicitando que o Estado do Rio Grande do Sul se responsabilizasse pelas prisões e pelas torturas praticadas contra esse militante que vamos conhecer agora.

**República Federativa do Brasil**

**REGISTRO CIVIL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMARCA DE CRICIÚMA  
DISTRITO DA SEDE  
CEP 88602-220 RUA TEN. ARI RAUEN, 50 FONE: (048) 433-0291

**Suely Vieira Farias**  
Oficial do Registro Civil

ANDRELINO VIEIRA FARIAS  
Oficial Maior

ADRIANA VIEIRA FARIAS MUSSI  
Escrivente Juramentada

**Certidão de Nascimento**

CERTIFICO que às fls. 01, do livro A nº. 54, sob o número de ordem 30.376, foi lavrado, no dia 07 de março de 1957, o assento de nascimento de **JOÃO BATISTA RITA**, de sexo masculino, nascido no dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e quarenta e oito (24-06-1948) às 20,00 horas, em domicílio, em Braço do Norte - SC, filho de Graciliano Miguel Rita e de Da Aracy Pereira Rita. São avós paternos João Miguel Rita e Da Lybânia Serafim de Souza e avós maternos José Luciano Pereira e Da Orandina Souza Pereira. Foi declarante a mãe e serviram de testemunhas Santina dos Santos e Antonio Rodrigues Miranda.

Observações:

O referido é verdadeiro e dou fé

Criciúma

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SUELY VIEIRA FARIAS  
Oficial  
ANDRELINO VIEIRA FARIAS  
Oficial Maior  
ADRIANA VIEIRA FARIAS MUSSI

Você consegue identificar o nome do nosso personagem?

Quantos anos você acha que ele tinha no final da década de 1960?

Preencha de maneira clara e objetiva os itens abaixo:

- 1 - Período de Prisão:  
De 10/11/70 a 14/01/71 Local: PORTO ALEGRE  
De \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_
2. Houve Sevícias?  sim  não
3. Houve maus-tratos?  sim  não
4. Pertenceu a alguma organização e/ou partido(s) políticos na(s) época(s) da(s) prisão(ões)?  
 sim  não - Qual? MOVIMENTO - M3G
5. Descreva problemas físicos decorrentes da prisão:

A MORTE

Quando ele foi preso? Você sabe o que são sevícias?

Quais foram as consequências de sua prisão?

Essa é uma reportagem de jornal da época. Você percebe que a organização M3G, na qual João Batista Rita participava, é chamada de terrorista? Você acha que existe diferença entre a luta armada da resistência à Ditadura e o Terrorismo?

João Batista Rita pertencia ao movimento chamado "M3G", um grupo terrorista liderado por Edmur Pérciles de Camargo e incumbido das ações mais violentas, incluindo-se assaltos a bancos, dos quais participou, contando-se contra o BORGES Unibancos e Banco do Brasil. Foi descoberto que realizou compra de grande quantidade de explosivos, que não chegaram a ser utilizados em face da rápida ação do DOPS do Rio Grande do Sul, que abortou o plano e apreendeu o explosivo.

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

Esta reportagem de jornal anexada ao processo do Rita está com o título incompleto. Pela data do jornal e pelos acontecimentos daquele ano, você saberia dizer sobre o quê ela trata?



## JOAQUIM PIRES CERVEIRA JOÃO BATISTA RITA PEREDA

### SEQÜESTRO EM BUENOS AIRES

A mesma orientação política repressiva responsável pela prisão e desaparecimento do paulista Nelson de Souza Kohl a 15 de setembro de 1973 em Santiago do Chile, produziu, três meses depois, no dia 5 de dezembro, o seqüestro de dois outros brasileiros em Buenos Aires, Argentina; o ex-major Joaquim Pires Cerveira e o estudante João Batista Rita Pereda. Era o desenvolvimento da política de fronteiras móveis dentro do convênio clandestino da repressão dos países do Cone-Sul, um movimento das polícias de cinco países, entre os quais evidentemente o Brasil, conhecido ainda em âmbito restrito como *Operação Mercúrio*. Através dessa operação, a polícia de um país penetra no território de outro, prende, tortura e até mata o cidadão procurado, sem que isso, em nenhum momento, seja considerado violação de soberania nacional pelos respectivos governos dos países envolvidos como o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai.

O ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira fora banido do Brasil em 15 de junho de 1970, quando foi trocado, junto com 41 outros brasileiros, pelo embaixador da Alemanha Ehrenfried Von Holleben, seguindo para a Argélia. João Batista Rita Pereda, ex-estudante, teve seu banimento em 13 de janeiro de 1971. O seqüestro do embaixador suíço custou a libertação de 70 presos políticos, entre os quais Pereda. Todos eles seguiram para o Chile.

A única versão sobre o destino de ambos é de que Cerveira e Pereda foram vistos na noite de 13 de janeiro de 1974 - 38 dias depois do seqüestro - de suas dependências do DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, no Rio, em péssimo estado físico, "visivelmente torturados", como sentença a denúncia feita à ONU, em Genebra, por um brasileiro. Há evidências capazes de levar à responsabilização do governo pelo desaparecimento dos dois.

*desapareceu na Argentina* 233

Será que podemos entender a reportagem acima a partir da leitura desse parágrafo? O que aconteceu com Rita e outro presos em 1971? Como isso foi possível?

Parece que agora estamos falando de um seqüestro praticado pelo Estado. É isso mesmo? O que aconteceu com Rita nesse momento?

E depois do seqüestro, o que aconteceu com Rita?

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul



Os militantes que atuaram no RS do Sul e estão desaparecidos conforme lista divulgada pela lei



Em 1995, o governo aprova a Lei 9.140/95. Sobre o que ela fala? Você sabe o que tem a ver nosso personagem com essa lei?

O que conseguimos descobrir sobre Rita até agora? Será que a partir das informações que tivemos até aqui, conseguimos escrever uma parte da história de Catarina? Será que conseguimos escrever uma parte da história da Ditadura no Brasil? O que você acha?

## João Batista Rita



Militante do *Marx, Mao, Marighella e Guevara* – M3G. Nasceu em 24 de junho de 1948, em Baço do Norte – SC, filho de Graciano Miguel Rita e Aracy Perelra Rita. Morou em Criciúma até completar o curso ginasial. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde participava ativamente do movimento estudantil secundarista no final da década de 1960. Preso em 1970, foi banido do Brasil em 1971, quando do seqüestro do embaixador da Suíça no Brasil, viajando para o Chile com outros 69 presos políticos. De volta à luta, foi novamente preso em 11 de dezembro de 1973, juntamente com Joaquim Pires Cerqueira. Desde então, "Catarina", como era conhecido aqui em nosso Estado, faz parte da lista dos desaparecidos.

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
Nº FL 07  
RUB  
SEFASJS

## COMITÊ CATARINENSE PRÓ MEMÓRIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DE SANTA CATARINA

BREVE RELATO SOBRE **JOÃO BATISTA RITA**, nascido em 24 de Junho de 1948, em Criciúma (SC) e desaparecido em Janeiro de 1974, no Rio de Janeiro.

Um menino feliz, nas ruas de uma cidade do Interior de Santa Catarina. Um guri calmo, magrelo, tímido. De raciocínio rápido, e muito bonito. Seu sonho era ser engenheiro. Como muitos meninos, na época, seguiu para Porto Alegre, afim de estudar e trabalhar. Estudante pobre, em 1968 participava ativamente dos movimentos estudantis. A luta na época era especialmente para manter as Universidades Federais, contra o ensino pago, como previa previa o acordo MEC/USAID. Com o Ato Institucional Nº 5 começa a ser perseguido. Em Janeiro de 1970 é preso em Porto Alegre onde sofre torturas até a exaustão. Na prisão faz amizade facilmente com todos os demais presos políticos. Em 1971 este menino de Criciúma se surpreende com seu nome incluído na lista dos presos políticos que seriam trocados pelo embaixador suíço, sequestrado no Rio de Janeiro. Foi para o Chile, e lá, bandido, teve a oportunidade de continuar seus estudos na Universidade Técnica Nacional. O sonho de engenheiro estava prestes a se materializar quando o General Pinochet dá o golpe na democracia chilena e Allende morre. Seguindo o caminho de milhares de brasileiros, vai para Buenos Aires. Lá, pelo fato de ser filho de imigrantes Italianos, teve a oportunidade de solicitar sua ida para a Itália. Preparava, então, seus documentos junto ao Departamento de Migração - MIGRACIONES, quando os órgãos de repressão do Brasil, articulados pelo Capitão do Exército DINIZ REIS, o sequestraram. Era o dia 05 de Dezembro de 1973, 14:00 horas. A ação foi desenvolvida por um grupo de indivíduos falando português que o colocaram à força dentro de um automóvel, na presença de numerosas pessoas. Trazido pelos militares, ainda vivo, para o Brasil, desapareceu no Quartel da Polícia do Exército, na Rua Parão de Mesquita, Rio de Janeiro. Era o mês de Janeiro de 1974.

Um militar, na época e que preferiu não se identificar, escreveu a ONU relatando as torturas sofridas por João Batista Rita. Até o momento a família não tem notícias dele e acredita que esteja enterrado no Estado do Rio de Janeiro.

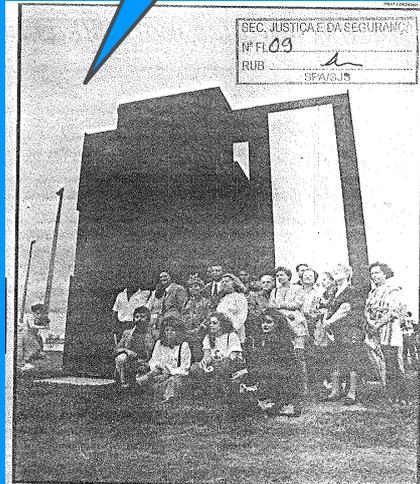
(Derley De Lucca, *Coordenação do Comitê Catarinense, maio de 1995.*)

Organizações que lutam pelos esclarecimentos das prisões, torturas, desaparecimentos e mortes. Você já ouviu falar de alguma em sua cidade?

Você conhece o Memorial dos Desaparecidos em Porto Alegre?

Rita continua desaparecido. É reconhecido pelo Estado brasileiro como morto. No entanto, seus familiares não possuem notícias das circunstâncias, dos responsáveis por sua morte e nem da localização do seu corpo.

Você já escutou a expressão "Memória, Verdade e Justiça". O que ela teriam a ver com a história de Rita?



Vítimas da ditadura ganham monumento

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

Alega Aide Rita Duarte Ter sido seu irmão sequestrado durante a sua prisão no DOPS de Porto Alegre, de 10/04/1970 a 14/01/1971. Ter sido seu irmão banido do Território Nacional em 14/01/1971, para o Chile. Ter sofrido de problemas nervosos, perda de um terreno em Porto Alegre, família abalada e desestruturada. Que durante os acontecimentos no Chile, João Batista Rita foi seqüestrado na Argentina e levado para o Brasil, sendo assassinado na tortura.

Agrega fotocópias da Identidade, CPF, certidão de nascimento, um breve relato sobre João Batista Rita, fotocópias de jornais; uma delas em que aparece a sua foto junto a outros presos tais como: Bona Garcia, Paulo Franck, Gustavo Buarque Schiller e de outros. Declara em seu breve relato sobre o irmão:

"...um menino feliz, nas ruas de uma cidade do interior catarinense..."

"... estudante pobre, em 1968, participava ativamente dos movimentos estudantis..."

"...com o Ato Institucional nº 5 começa a ser perseguido..."

"...em janeiro de 1970 é preso em Porto Alegre onde sofreu torturas até a exaustão..."

"...foi para o Chile e lá, banido, teve a oportunidade de continuar seus estudos..."

"...quando o General Pinochet dá o golpe de estado na democracia Chilena e Allende morre..."

"...preparava então na Argentina os seus documentos junto ao Departamento de Imigração, quando os órgãos de repressão do Brasil, articulados pelo Capitão do Exército, Diniz Reis, o seqüestraram. Era dia 05 de dezembro de 1973..."

"...trazido pelos militares, ainda vivo para o Brasil, desapareceu no Quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro. Era o mês de janeiro de 1974..."

Um resumo da análise do processo requerido pela família de Rita.

Comissão decidiu pela indenização da família de Rita. O Estado do Rio Grande do Sul assumiu com isso a responsabilidade por prisões e torturas sofridas por ele.

Apreciação:

Outro caso notório de torturas, o de João Batista Rita. São dos casos por demais conhecidos na comunidade de ex-presos e perseguidos políticos.

Com o fato de mostrar, comprovar os fatos, pedi a Paulo Roberto Telles Franck, este que muito próximo do requerente viveu, com ele esteve preso e torturado, fizesse uma declaração sobre o que viu e o que sabe a respeito de João Batista Rita.

Levando em consideração o que eu mesmo vi e ouvi de João Batista Rita, os dados fornecidos pela requerente, as declarações de Paulo Roberto Telles Franck, enquadrando-o no artigo 28, incisos I, II, e III, propondo a indenização de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Porto Alegre, 10 de julho de 1998.

  
Carlos Alberto Telles Franck

Memórias...

Zero Hora, 8 de  
julho de 1995

## O filho do caseiro

MÁRIO MARCOS DE SOUZA

Ele era sempre um dos melhores alunos da turma. Morava em uma pequena casa de madeira, num dos cantos da propriedade de um médico, a poucos metros de um imenso plátano que fascinava as crianças da então Vila Operária, em Criciúma. O pai, a quem todos conheciam por Parasuso (por causa do corpo franzino), caseiro, não escondia o orgulho pelo desempenho do filho que, ajudado pelo médico-patrão, estudava no principal colégio particular da cidade, o Madre Teresa Michel.

A pequena turma de amigos se desfez no fim do ginásial. Como não havia 2º Grau na pequena Criciúma do início dos anos 60, foram todos para outras regiões. Alguns, como João Batista, tomaram o rumo de Porto Alegre. Os amigos nunca mais se viram. Naqueles anos complicados, a entrevista de um



ex-integrante de organizações clandestinas foi um choque para os que ainda mantinham a esperança de um dia matar as saudades em conversas sobre a infância. "Eu vi

vários corpos de companheiros agonizantes num jipe", contou o entrevistado à antiga revista Realidade, e passou a citar nomes. Entre os presos torturados, lá estava ele, João Batista Rita (foto), aquele que não se limitara a distribuir panfletos ou participar de manifestações como o resto da turma. Era pouco para ele.

Os velhos tempos voltaram no último fim de semana. Na galeria de desaparecidos publicada por Zero Hora na edição de domingo passado estava a foto do catarinense João Batista Rita, o amigo que a violência militar transformou numa simples lembrança. Foi uma dolorosa volta ao passado.

# Os Anos de Chumbo da Ditadura e a Luta Armada no Rio Grande do Sul

## Para Assistir!!!



Depoimento de Paulo Malhães à Comissão Nacional da Verdade

Filme Documentário Marighella



Disponível em :  
<http://www.youtube.com/watch?v=e2SnsSYG700>

Disponível em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=7Mw386dVhcY>

## Atividades:

A partir das informações do texto e das fontes, dos vídeos assistidos e das discussões realizadas, realize as seguintes propostas:

**Primeiro:**  
Monte o Quebra-cabeça da História de João Batista Rita

### **Segundo:**

Faça uma pesquisa sobre reportagens atuais de jornal onde sejam mencionadas práticas políticas nas manifestações sociais de rua. Escreva um pequeno texto analisando a forma como são mencionadas essas práticas e de que forma essas menções podem estar ligadas ao contexto da Ditadura.

<b>João Batista Rita</b>			<b>Desaparecido Político</b>	
<b>M3G</b>	<b>Codiname</b>	<b>Catarina</b>		
<b>MARX, MAO, MARIGHELLA e GUEVARA</b>	<b>Memória</b>		<b>Lei 9.140/95 de 05 de dezembro de 1995</b>	
<b>Organizaçã o política que preconizava a guerrilha urbana como forma de tomada do poder</b>	<b>Verdade</b>		<b>Órgão envolvida com morte e com o desaparecimento de João</b>	
<b>Preso de abril de 10/04/1970 a 14/01/1971 em Porto Alegre</b>			<b>no DOI-CODI do RJ Órgão de Repressão</b>	
<b>1971</b>			<b>Em janeiro de 1974 foi Visto pela última vez</b>	
<b>Giovani Enrico Bucher</b>	<b>Banimento e Exílio no Chile</b>		<b>Justiça</b>	
<b>Embaixador suíço sequestrado e trocado por militantes presos</b>			<b>1973</b>	<b>Golpe Militar no Chile e novo exílio na Argentina</b>
				<b>Onde foi sequestrado junto com o ex-major Joaquim Pires Cerveira</b>

## Para Saber Mais!!!!

### Livros de Memória:

**O Riso dos Torturados** de Jorge Fischer Nunes  
**Guerra é guerra, dizia o torturador** de Índio Vargas  
**Verás que um filho teu não foge à luta** de Júlio Posenato e Bona Garcia  
**A Guerrilha Brancaleone** de Cláudio Gutiérrez

Memórias de militantes gaúchos que participaram da luta armada no RS

Alguns filmes e documentários brasileiros da Luta Armada e de seus personagens

### Filmes de Documentários

#### **Hércules 56**

<http://www.youtube.com/watch?v=xxPNQfNpkOo>

#### **Araguaya - Conspiração do Silêncio**

<http://www.youtube.com/watch?v=SKagL2WmH-0>

#### **Lamarca**

<http://www.youtube.com/watch?v=Wy1g8kRMD5Q>

## Referências

GORENDER, Jacob. *Vombate nas Trevas*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

SEFFENER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? IN: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. *Jogos e Ensino de História*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFENER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. IN: *Anos 90*. Porto Alegre, v.15. n.28, p.113-118, dez 2008.

Desaparecidos Políticos. Disponível em <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br>>. Acesso em 06/05/2014.

DIENSTMANN, Gabriel; GUAZZELLI, Dante; RODEGHERO, Carla. *Não Calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.